

RCI Banque  
grupo RENAULTRCI Brasil  
grupo RCI Banque

## COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL

CNPJ nº 62.307.848/0001-15

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas:**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (Companhia), relativas aos semestres findos em 30 de Junho de 2015 e 2014, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

 **Mercado de Atuação**

A Companhia, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

**Patrimônio Líquido e Resultado**

O patrimônio líquido atingiu R\$794 milhões em 30 de junho de 2015, apresentando evolução de 10,7% em relação a R\$717 milhões em 30 de junho de 2014. O lucro líquido no semestre foi de R\$56 milhões em comparação a R\$35 milhões do mesmo período do ano anterior.

**Ativos e Passivos**

Em 30 de Junho de 2015, os ativos totais atingiram R\$3.280 milhões, apresentando uma redução de 13,5% em comparação a R\$3.792 milhões em 30 de Junho de 2014, e estão representados principalmente pelas operações de arrendamento mercantil no montante de R\$2.831 milhões (30/06/2014 - R\$3.468 milhões), os quais, reduzidos do valor residual garantido registrado no passivo no valor de R\$1.862 milhões (30/06/2014 - R\$2.197 milhões), representam uma carteira líquida de R\$969 milhões (30/06/2014 - R\$1.271 milhões).

As captações em depósitos interfinanceiros totalizaram R\$64 milhões em 30 de Junho de 2015 em comparação a R\$289 milhões em 30 de junho de 2014.

**Conjuntura Econômica**

No primeiro semestre de 2015, a atividade bancária do Brasil se desenvolveu em um ambiente de economia fraca e taxas de juros mais elevadas para conter a inflação e depreciação do Real frente ao Dólar.

A taxa Selic atingiu 13,75%, alta de 200 bps frente à estabelecida ao final de 2014, de 11,75%. A ação de política monetária juntamente com medidas de aperto fiscal devem ajudar a conter a inflação no próximo ano. O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) alcançou 8,89% no 1º semestre de 2015, acima do teto da meta que é 6,5%.

O mercado de trabalho iniciou um processo de deterioração nos últimos meses, com a taxa de desemprego subindo para 6,7% em maio de 2015 (último dado divulgado), ante taxa de 4,9% registrada em maio de 2014.

A carteira de crédito do sistema cresceu 10,1% no mês de maio de 2015 na comparação com maio de 2014. No primeiro trimestre, a taxa de crescimento estava em torno de 11%. Essa desaceleração entre o 2T15 (abril e maio) versus o 1T15, pode ser observada tanto no crédito com recursos direcionados, cujo crescimento cedeu para 16,5% ao ano, quanto no crédito com recursos livres, que cresceu apenas 4,7% entre maio de 2014 e maio de 2015. A carteira dos bancos públicos aumentou 15,1% em doze meses, enquanto a dos bancos privados se expandiu em 4,1%.

**Outras Informações**

A Companhia tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 381/2003, informa que no semestre findo em 30 de Junho de 2015, não foram contratados da KPMG Auditores Independentes outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

**Agradecimentos**

A Administração da Companhia agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 14 de agosto de 2015

**O Conselho de Administração**  
A Diretoria

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>		<u>Nota</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
<b>Ativo Circulante</b>		<b>174.859</b>	<b>45.673</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>882.896</b>	<b>1.091.299</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4&amp;15.d</b>	<b>10.498</b>	<b>10.392</b>	<b>Depósitos</b>		<b>64.244</b>	<b>232.008</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>4</b>	<b>133.500</b>	-	Depósitos Interfinanceiros	10	64.244	232.008
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		133.500	-	<b>Outras Obrigações</b>		<b>818.652</b>	<b>859.291</b>
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>		<b>(912)</b>	<b>734</b>	Sociais e Estatutárias		54.979	37.970
Arrendamentos a Receber:				Fiscais e Previdenciárias	11	8.412	3.244
Setor Privado	6.a	173.353	211.509	Diversas	12	755.261	818.077
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.a	(166.722)	(201.195)				
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.e	(7.543)	(9.580)	<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>		<b>1.603.521</b>	<b>1.983.382</b>
<b>Outros Créditos</b>		<b>22.534</b>	<b>16.790</b>	<b>Depósitos</b>		-	<b>56.724</b>
Créditos Tributários	7	13.972	4.295	Depósitos Interfinanceiros	10	-	<b>56.724</b>
Diversos	8	8.562	12.495	<b>Outras Obrigações</b>		<b>1.603.521</b>	<b>1.926.658</b>
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>9.239</b>	<b>17.757</b>	Fiscais e Previdenciárias	11	393.546	429.237
Outros Valores e Bens	6.a	1.218	764	Diversas	12	1.209.975	1.497.421
Despesas Antecipadas		8.021	16.993				
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>294.794</b>	<b>306.317</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>14</b>	<b>793.512</b>	<b>717.434</b>
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>		<b>2.624</b>	<b>3.798</b>	Capital Social:			
Arrendamentos a Receber:				De Domiciliados no País		448.152	448.152
Setor Privado	6.a	230.699	305.529	Reservas de Lucros		345.360	269.282
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.a	(218.306)	(288.819)				
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.e	(9.769)	(12.912)				
<b>Outros Créditos</b>		<b>284.418</b>	<b>285.869</b>				
Créditos Tributários	7	173.171	208.071				
Diversos	8	111.247	77.798				
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>7.752</b>	<b>16.650</b>				
Despesas Antecipadas		7.752	16.650				
<b>Permanente</b>		<b>2.810.276</b>	<b>3.440.125</b>				
<b>Imobilizado de Uso</b>		<b>3</b>	<b>4</b>				
Outras Imobilizações de Uso		5	5				
(Depreciações Acumuladas)		(2)	(1)				
<b>Imobilizado de Arrendamento</b>	<b>9</b>	<b>2.810.273</b>	<b>3.440.121</b>				
Bens Arrendados		2.710.794	3.313.517				
Superveniência de Depreciação		1.293.478	1.396.925				
(Depreciações Acumuladas)		(1.193.999)	(1.270.321)				
<b>Total do Ativo</b>		<b>3.279.929</b>	<b>3.792.115</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>3.279.929</b>	<b>3.792.115</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Nota</u>	<u>01/01 a 30/06/2015</u>	<u>01/01 a 30/06/2014</u>
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>439.070</b>	<b>346.692</b>
Operações de Arrendamento Mercantil		433.775	346.685
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		5.295	7
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(378.570)</b>	<b>(386.147)</b>
Operações de Captação no Mercado		(5.841)	(21.194)
Operações de Arrendamento Mercantil		(376.032)	(361.601)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.e	3.303	(3.352)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>60.500</b>	<b>(39.455)</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>9.320</b>	<b>(21.423)</b>
Rendas de Tarifas Bancárias		2.859	4.178
Outras Despesas Administrativas		(7.623)	(5.580)
Despesas Tributárias		(3.507)	(8.047)
Outras Receitas Operacionais	16	38.629	8.174
Outras Despesas Operacionais	17	(21.038)	(20.148)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>69.820</b>	<b>(60.878)</b>
<b>Resultado não Operacional</b>	<b>18</b>	<b>21.538</b>	<b>117.342</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>		<b>91.358</b>	<b>56.464</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>19</b>	<b>(35.286)</b>	<b>(21.862)</b>
Provisão para Imposto de Renda		(5.038)	(14.963)
Provisão para Contribuição Social		(9.400)	(9.816)
Ativo Fiscal Diferido		(20.848)	2.917
<b>Lucro Líquido</b>		<b>56.072</b>	<b>34.602</b>
Nº de Ações (Mil)	14.a	243	243
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		230.748,97	142.395,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

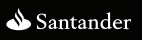
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

		<b>Reservas de Lucros</b>				
	<u>Nota</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva Estatutária</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>		<b>448.152</b>	<b>16.223</b>	<b>218.457</b>	-	<b>682.832</b>
Lucro Líquido		-	-	-	34.602	34.602
Destinações:						
Reserva Legal		-	1.730	-	(1.730)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	32.872	(32.872)	-
<b>Saldos em 30 de Junho de 2014</b>		<b>448.152</b>	<b>17.953</b>	<b>251.329</b>	-	<b>717.434</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>		<b>448.152</b>	<b>19.804</b>	<b>269.484</b>	-	<b>737.440</b>
Lucro Líquido		-	-	-	56.072	56.072
Destinações:						
Reserva Legal		-	2.804	-	(2.804)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	53.268	(53.268)	-
<b>Saldos em 30 de Junho de 2015</b>		<b>448.152</b>	<b>22.608</b>	<b>322.752</b>	-	<b>793.512</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Continua...



**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**

CNPJ nº 62.307.848/0001-15

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**k) Estimativas Contábeis**

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014	31/12/2013
<b>Disponibilidades</b>	<b>10.498</b>	<b>4.046</b>	<b>10.392</b>	<b>10.265</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>133.500</b>	<b>28.011</b>	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	133.500	28.011	-	-
<b>Total</b>	<b>143.998</b>	<b>32.057</b>	<b>10.392</b>	<b>10.265</b>

**5. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade**

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do conglomerado financeiro. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Companhia.

A Companhia efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições: O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos da Companhia, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira. Em 30 de Junho de 2015 não apresentava saldo na carteira de negociação.

**Carteira "Banking"**

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(220)	(7.392)	(14.537)
<b>Total (1)</b>		<b>(220)</b>	<b>(7.392)</b>	<b>(14.537)</b>

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

**Cenário 1:** Uma situação considerada provável pela administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros.

**Cenário 2:** uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

**Cenário 3:** uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

**6. Carteira de Arrendamento e Provisão para Perdas**

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

**a) Carteira de Arrendamento**

	30/06/2015	30/06/2014
<b>Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil</b>	<b>1.231.488</b>	<b>1.615.007</b>
Arrendamentos a Receber	404.052	517.038
Valores Residuais a Realizar (1)	827.436	1.097.969
<b>Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil</b>	<b>(385.028)</b>	<b>(490.014)</b>
Valores Residuais a Balançar	(827.436)	(1.097.969)
Outros Valores e Bens	1.218	764
Imobilizado de Arrendamento (Nota 9)	2.810.273	3.440.121
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 12)	(1.861.890)	(2.197.129)
<b>Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente</b>	<b>968.625</b>	<b>1.270.780</b>
<b>Circulante</b>	<b>492.827</b>	<b>629.775</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>475.798</b>	<b>641.005</b>

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$262.863 (30/06/2014 - R\$344.227).

Em 30 de Junho de 2015 e 30 de Junho de 2014, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que sejam considerados relevantes.

**b) Carteira por Vencimento**

	30/06/2015	30/06/2014
<b>Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil</b>	<b>15.885</b>	<b>19.022</b>
Vencidas	15.885	19.022
A Vencer:		
Até 1 Ano	537.021	679.680
De 1 a 5 Anos	678.370	915.894
Acima de 5 Anos	212	411
<b>Total</b>	<b>1.231.488</b>	<b>1.615.007</b>

**Carteira de Arrendamento a Valor Presente**

	30/06/2015	30/06/2014
Vencidas	13.364	10.766
A Vencer:		
Até 1 Ano	492.827	629.775
De 1 a 5 Anos	462.355	630.084
Acima de 5 Anos	79	155
<b>Total</b>	<b>968.625</b>	<b>1.270.780</b>

**c) Carteira por Setor de Atividades a Valor Presente**

	30/06/2015	30/06/2014
<b>Sector Privado</b>	<b>2.073</b>	<b>2.850</b>
Indústria	11.816	18.565
Comércio	1	17
Instituições Financeiras	16.001	26.930
Serviços e Outros	938.734	1.222.418
Pessoas Físicas		
<b>Total</b>	<b>968.625</b>	<b>1.270.780</b>

**d) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco**

Nível de Risco	% Provisão	Carteira de Créditos				Provisão Requerida	
		30/06/2015		30/06/2014		30/06/2015	30/06/2014
		Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total	Total	Total
AA	-	3.594	-	3.594	328	-	-
A	0,5%	860.974	-	860.974	1.135.044	4.305	5.675
B	1%	23.405	28.890	52.295	63.961	523	640
C	3%	4.992	23.456	28.448	41.986	854	1.259
D	10%	3.161	6.150	9.311	10.707	931	1.071
E	30%	38	2.114	2.152	3.591	646	1.077
F	50%	-	2.300	2.300	3.450	1.150	1.725
G	70%	-	2.159	2.159	2.226	1.511	1.558
H	100%	-	7.392	7.392	9.487	7.392	9.487
<b>Total</b>		<b>896.164</b>	<b>72.461</b>	<b>968.625</b>	<b>1.270.780</b>	<b>17.312</b>	<b>22.492</b>

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

**e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
<b>Saldo Inicial</b>	<b>21.264</b>	<b>19.748</b>
Constituição (Reversão)	(3.303)	3.352
Baixas	(649)	(608)
<b>Saldo Final</b>	<b>17.312</b>	<b>22.492</b>
<b>Circulante</b>	<b>7.543</b>	<b>9.580</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>9.769</b>	<b>12.912</b>

Foram recuperados créditos no valor de R\$1.965 no semestre (2014 - R\$766), registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de arrendamento mercantil.

**7. Créditos Tributários****a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários**

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10.353	302	(949)	9.706
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos				
- Ações Cíveis	1.049	415	(217)	1.247
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	18.503	1.382	(11.169)	8.716
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos				
- Ações Trabalhistas	41	-	-	41
Outras Provisões Temporárias	228	5	-	233
<b>Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>30.174</b>	<b>2.104</b>	<b>(12.335)</b>	<b>19.943</b>
Prejuízos Fiscais	177.817	-	(10.617)	167.200
<b>Total dos Créditos Tributários Circulante</b>	<b>207.991</b>	<b>2.104</b>	<b>(22.952)</b>	<b>187.143</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>197.436</b>	<b>10.555</b>	<b>-</b>	<b>173.171</b>
<b>Total</b>	<b>205.867</b>	<b>209.449</b>	<b>4.636</b>	<b>212.366</b>

A Companhia não possui créditos tributários não registrados.

**b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários**

Ano	Diferenças Temporárias		Prejuízos	
	IRPJ	CSLL	Fiscais	Total
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2014	30/06/2014
2015	1.255	741	3.745	5.741
2016	5.100	3.037	8.324	16.461
2017	4.962	2.585	28.259	35.806
2018	1.180	696	29.899	31.775
2019	161	97	30.736	30.994
2020 a 2022	81	48	66.237	66.366
<b>Total</b>	<b>12.739</b>	<b>7.204</b>	<b>167.200</b>	<b>187.143</b>
2014	1.325	783	173	2.281
2015	2.405	1.420	204	4.029
2016	12.258	6.963	27.850	47.071
2017	1.216	718	31.908	33.842
2018	101	61	33.056	33.218
2019 a 2021	50	30	84.428	84.508
2022 a 2023	-	-	7.417	7.417
<b>Total</b>	<b>17.355</b>	<b>9.975</b>	<b>185.036</b>	<b>212.366</b>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

**c) Valor Presente dos Créditos Tributários**

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$139.211 (30/06/2014 - R\$159.232), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

Continua...

Continuação



**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**

CNPJ nº 62.307.848/0001-15

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**8. Outros Créditos - Diversos**

	30/06/2015	30/06/2014	Saldo Inicial	01/01 a 30/06/2014		
				Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Devedores por Depósitos em Garantia						
Para Interposição de Recursos Fiscais	72.627	48.601		68.820	102	1.269
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	158	148		8.091	-	856
Outros	1.243	985		2.879	-	-
Impostos e Contribuições a Compensar	37.186	27.664		(10)	-	(209)
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 15.d)	8.456	12.442		79.780	102	1.916
Outros	139	453		43.621	-	-
<b>Total</b>	<b>119.809</b>	<b>90.293</b>				
<b>Circulante</b>	<b>8.562</b>	<b>12.495</b>				
<b>Longo Prazo</b>	<b>111.247</b>	<b>77.798</b>				

**9. Imobilizado de Arrendamento**

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 6.a), e tem a seguinte composição:

	30/06/2015	30/06/2014
Veículos e Afins	2.710.085	3.313.488
Máquinas e Equipamentos	29	29
Depreciações Acumuladas	(1.193.999)	(1.270.321)
Superveniências de Depreciações	1.293.478	1.396.925
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	680	-
<b>Total</b>	<b>2.810.273</b>	<b>3.440.121</b>

Os bens estão comprometidos para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguro dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor da Companhia. Foi registrado uma despesa de Insuficiência de Depreciação no valor de R\$76.775 no semestre (2014 - Superveniência de R\$52.279), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e Circular Bacen 1.429/1989.

**10. Depósitos**

Representados por depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 64.244 (30/06/2014 - R\$288.732), sendo com vencimento de 3 a 12 meses.

**11. Fiscais e Previdenciárias**

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	30/06/2015	30/06/2014
Provisão para Tributos Diferidos	323.724	351.986
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 13.b)	70.507	79.780
Impostos e Contribuições a Pagar	456	548
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	7.271	167
<b>Total</b>	<b>401.958</b>	<b>432.481</b>
<b>Circulante</b>	<b>8.412</b>	<b>3.244</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>393.546</b>	<b>429.237</b>

**Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos**

	Saldo em 31/12/2014			Saldo em 30/06/2015		
	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2015
Superveniência de Arrendamento Mercantil	342.563	(19.193)	323.370	-	(19.193)	323.370
Comissões Diferidas	1.204	(850)	354	-	(850)	354
<b>Total</b>	<b>343.767</b>	<b>(20.043)</b>	<b>323.724</b>	-	<b>(20.043)</b>	<b>323.724</b>
	Saldo em 31/12/2013			Saldo em 30/06/2014		
	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2014
Superveniência de Arrendamento Mercantil	336.162	13.069	349.231	13.069	-	349.231
Comissões Diferidas	4.874	(2.119)	2.755	4.874	(2.119)	2.755
<b>Total</b>	<b>341.036</b>	<b>13.069</b>	<b>351.986</b>	<b>13.069</b>	<b>(2.119)</b>	<b>351.986</b>

**12. Outras Obrigações - Diversas**

	30/06/2015	30/06/2014
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 6.a)	1.861.890	2.197.129
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 13.b)	3.221	2.018
Outras <sup>(1)</sup>	100.125	116.351
<b>Total</b>	<b>1.965.236</b>	<b>2.315.498</b>
<b>Circulante</b>	<b>755.261</b>	<b>818.077</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.209.975</b>	<b>1.497.421</b>

<sup>(1)</sup> Inclui, rendas relativas aos subsídios de taxas de juros recebidos do Grupo Renault. Os recursos são apropriados exponencialmente ao resultado pela fluência dos prazos dos respectivos contratos de arrendamentos no valor de R\$88.416 (30/06/2014 - R\$112.008).

**13. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias**

**a) Ativos Contingentes**

Em 30 de Junho de 2015 e 2014, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

**b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza**

	30/06/2015	30/06/2014
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 11)	70.507	79.780
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 12)	3.221	2.018
Ações Trabalhistas	102	102
Ações Cíveis	3.119	1.916
<b>Total</b>	<b>73.728</b>	<b>81.798</b>

**c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais**

	01/01 a 30/06/2015		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	91.088	102	6.264
Constituição (Reversão) <sup>(1)</sup>	(24.026)	-	1.037
Atualização Monetária	3.454	-	-
Pagamentos	(9)	-	(542)
<b>Saldo Final</b>	<b>70.507</b>	<b>102</b>	<b>3.119</b>
Depósitos em Garantia - Outros Créditos <sup>(2)</sup>	67.338	-	-

<sup>(1)</sup> Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL. No semestre findo em 30 de junho de 2015, inclui reversão de provisão no processo relativo a PIS e Cofins, conforme mencionado na Nota 13.d.

<sup>(2)</sup> Não contempla os depósitos em garantia para as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

**d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária**

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

**PIS e Cofins** - R\$11.054 (30/06/2014 - R\$32.709): a Companhia ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. No trimestre findo em 31 de março de 2015, houve reversão de provisão no montante de R\$27.922 em virtude de reavaliação do cálculo do valor provável na hipótese da sentença ser desfavorável.

**Majoração de Alíquota da CSLL** - R\$59.117 (30/06/2014 - R\$46.731): A Companhia ajuizou ação judicial visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

**e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível**

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

**f)** A Companhia não possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível individualmente significativo. Os passivos contingentes constantes, não significativos, importam em aproximadamente R\$7.507 para ações cíveis e R\$27.278 para ações fiscais (30/06/2014 - R\$5.466 e R\$21.459, respectivamente). A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "d" e "e".

**14. Patrimônio Líquido**

**a) Capital Social**

Em 30 de junho de 2015 e 2014, o capital social no valor de R\$448.152 é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em milhares de ações):

	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	163	80	243
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>80</b>	<b>243</b>

**b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

**c) Reservas Estatutárias**

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

**15. Partes Relacionadas**

**a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração**

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2015 foi fixado o valor máximo de R\$10. A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam na RCI Banque e no Banco Santander.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria e Conselho de Administração e planos de aposentadoria complementar.

**b) Operações de Crédito**

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Companhia, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Companhia;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

**c) Participação Acionária**

A Companhia é controlada pela RCI Brasil que possui participação direta de 243 mil ações equivalentes a 100,0% do capital social.

**d) Transações com Partes Relacionadas**

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Continuação

RCI Banque  
grupo RENAULTRCI Brasil  
grupo RCI Banque

Santander

## COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL

CNPJ nº 62.307.848/0001-15

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2015	30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
<b>Disponibilidades</b>	<b>10.498</b>	<b>10.392</b>	-	-
Banco Santander <sup>(3)</sup>	10.498	10.392	-	-
<b>Valores a Receber de Sociedades Ligadas <sup>(6)</sup></b>	<b>8.456</b>	<b>12.442</b>	<b>27.450</b>	<b>30.451</b>
Renault do Brasil S.A. <sup>(4)</sup>	8.056	12.206	21.323	22.748
Nissan do Brasil S.A. <sup>(4)</sup>	400	236	6.127	7.703
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>133.500</b>	-	<b>4.369</b>	-
RCI Brasil <sup>(2)</sup>	133.500	-	4.369	-
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	-	<b>(58.200)</b>	-	<b>(6.617)</b>
RCI Brasil <sup>(2)</sup>	-	(58.200)	-	(6.617)
<b>Dividendos e Bonificações a Pagar</b>	<b>(54.979)</b>	<b>(37.969)</b>	-	-
RCI Brasil <sup>(2)</sup>	(54.979)	(37.969)	-	-
<b>Valores a Pagar a Sociedades Ligadas</b>	<b>(9.011)</b>	<b>(362)</b>	<b>(2.066)</b>	<b>(2.123)</b>
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. <sup>(1)(6)</sup>	(337)	(362)	(2.001)	(2.123)
Banco Santander <sup>(3)</sup>	(8.116)	-	-	-
Nissan do Brasil S.A. <sup>(4)</sup>	(558)	-	(65)	-

<sup>(1)</sup> As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.<sup>(2)</sup> Controladora direta da Companhia.<sup>(3)</sup> Controlador indireto da Companhia em conjunto (RCI Banque = 60,11% e Banco Santander = 39,89%).<sup>(4)</sup> Coligadas da controladora indireta RCI Banque.<sup>(5)</sup> Subsidiária do controlador indireto Banco Santander.<sup>(6)</sup> Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.

## 16. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Reversão de Provisões Operacionais - Outras <sup>(1)</sup>	28.428	260
Atualização de Depósitos Judiciais	3.146	1.858
Atualização de Impostos a Compensar	1.767	1.183
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	2.440	2.653
Recuperação de Encargos e Despesas	2.843	2.214
Outras	5	6
<b>Total</b>	<b>38.629</b>	<b>8.174</b>

<sup>(1)</sup> Reversão de provisão PIS/Cofins (Nota 13.d).

## 17. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	13.508	15.135
Descontos Concedidos	1.505	745
Provisões Operacionais	-	-
Fiscais (Nota 13.c)	2.435	1.681
Cíveis (Nota 13.c)	1.037	856
Gastos com Contratos em Atraso	1.834	1.272
Outras	719	459
<b>Total</b>	<b>21.038</b>	<b>20.148</b>

## 18. Resultado não Operacional

Representado por resultados na alienação de imobilizado de arrendamento no valor de R\$21.538 no 1º semestre de 2015 (2014 - R\$117.342).

## 19. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>	<b>91.358</b>	<b>56.464</b>
<b>Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Aliquotas de 25% e 15%, Respectivamente</b>	<b>(36.543)</b>	<b>(22.586)</b>
Despesas Inedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	1.245	711
Demais Ajustes	12	13
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(35.286)</b>	<b>(21.862)</b>

## 20. Eventos Subsequentes

## a) Alterações na Legislação Fiscal

Em 21 de maio, foi publicada a Medida Provisória 675/2015, que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das instituições financeiras de 15% para 20%, com eficácia a partir de setembro de 2015. A conversão em Lei dessa Medida Provisória está pendente de aprovação pelo Congresso Nacional. Foi editado o Decreto 8.426/2015 que majorou a alíquota das contribuições sociais do PIS e da Cofins de zero para 0,65% e 4% respectivamente, aplicável às pessoas jurídicas não financeiras, incidente sobre as receitas financeiras, incluindo aquelas decorrentes de operações de hedge e excluídas as variações cambiais de exportação e passivos cambiais. As novas alíquotas se aplicam no caso das pessoas jurídicas que apuram as referidas contribuições pelo regime não cumulativo e estarão vigentes a partir de 1 de julho de 2015.

## 21. Outras Informações

As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. O resumo do relatório da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente  
Gianluca de FicchySuplente do Presidente do Conselho  
Alain Gérard Ballu

## Conselheiros Efetivos

Antonio Pardo de Santayana Montes    Dominique Edmond Pierre Signora    João Guilherme de Andrade So Consiglio    Patrick Jean Michel Claude    Ronaldo Wagner Rondinelli

## Conselheiros Suplentes

André de Carvalho Novaes    Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli    Carlos Rey de Vicente    Nilton Sergio Silveira Carvalho    Thierry Gérard Alaux

## DIRETORIA

Diretor Presidente e Diretor de Risco  
Dominique Edmond Pierre SignoraDiretor de Relações Institucionais  
Ronaldo Wagner RondinelliDiretor CrediNissan  
Thierry Gérard AlauxDiretor Administrativo Financeiro  
Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

## Contador

André Miguel do Nascimento - CRC 1SP 191241/O-8

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da  
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil  
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil ("CAM RCI Brasil"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da CAM RCI Brasil é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da CAM RCI Brasil para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da CAM RCI Brasil. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

A CAM RCI Brasil registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 3.g.3. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado líquido e do patrimônio líquido, correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## Outros assuntos

## Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da administração da CAM RCI Brasil, para o semestre findo em 30 de junho de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de agosto de 2015

KPMG

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6Charles Domingos de Almeida  
Contador CRC PR - 039655/O-9